

COMPREENDER A LIDERANÇA DE ERDOGAN NA EQUAÇÃO POLÍTICA DA 'NOVA TURQUIA'

Raquel dos Santos Fernandes

fsantosraquel@gmail.com

Técnica Superior de Ensino. Doutoranda em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade do Minho (Portugal), Mestre em Ciência Política (Universidade do Minho), com a dissertação "Do *Kemalismo ao Neo-otomanismo: o desenvolvimento político e a «Nova Turquia» de Recep Tayyip Erdogan (2003-2014)*". Licenciada em Ciências da Comunicação com especialização na área de Jornalismo e Assessoria (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro). Certificado de Competências Pedagógicas, foi Consultora estagiária no Departamento de Comunicação da Câmara Municipal de Barcelos e foi aluna do programa Erasmus em Istambul, na Turquia, na Universidade de Bahcesehir. Trabalha o sistema político turco e a influência de Recep Tayyip Erdogan no país. Participou no III Congresso Internacional OBSERVARE

Isabel Estrada Carvalhais

isabelestrada@eeg.uminho.pt

Professora de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade do Minho (Portugal). Doutora em Sociologia (Universidade de Warwick, Reino Unido), Mestre em Sociologia (Universidade de Coimbra) e licenciada em Relações Internacionais (Universidade do Minho). Diretora do Programa de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais e do Programa de Licenciatura em Ciência Política da Universidade do Minho. Membro do Centro de Investigação em Ciência Política, FCT R&D Unit. Trabalha na interseção da política com a sociologia, sobre inclusão política, formas de participação e estruturas de oportunidade política dos imigrantes e cidadãos de origem migrante. Tem publicado sobre cidadania e inclusão política de imigrantes, como autora e editora de livros, em capítulos, documentos de trabalho, relatórios científicos e artigos científicos. As suas publicações incluem artigos em revistas como o Journal of Ethnic and Racial Studies, Brazilian Journal of International Relations; Diversities; Sociologia, Problemas e Práticas, Portuguese Journal of Social Science e European Journal of Social Theory.

Resumo

Em 2001, o surgimento do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP) na Turquia fez prever a emergência de uma via moderada entre a ala kemalista e a ala islâmica. Após um primeiro mandato centrado na diplomacia com o exterior, Erdogan e o partido viram as suas políticas ganhar internamente um amplo apoio social, reforçando a sua posição em áreas de confronto ideológico e religioso com a oposição secular. Erdogan, entretanto eleito Presidente da República em 2014, tem conduzido a Turquia por uma rota cada vez mais conservadora do ponto de vista dos valores sociais, e menos democrática do ponto de vista da linguagem política do Estado. Se Erdogan revela uma conceção de Estado que se afasta dos valores democráticos e do ideal da Turquia laica de Atatürk, ao mesmo tempo que se centra numa leitura islâmica-conservadora da sociedade e numa conceção autoritária do poder político, o que explica e estimula esta estratégia? Este artigo alicerça-se na premissa de que perceber a 'Nova Turquia' implica atendermos ao estilo de liderança de Erdogan, mesmo que este não esgote todas as variáveis explicativas. A partir desta premissa, é nosso objetivo identificar e explicar os fatores internos (associados desde logo à estrutura dualista entre o centro e a periferia da Turquia) que, a par das variáveis individuais de Erdogan (como a solidariedade islâmica e as tendências autoritárias), o colocaram no centro da tomada de decisões na Turquia.

Palavras-chave

Turquia, Erdogan, liderança política, sociedade civil

Como citar este artigo

Fernandes, Raquel Santos; Carvalhais, Isabel Estrada (2018). "Compreender a liderança de Erdogan na equação política da 'Nova Turquia'". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 9, Nº. 1, Maio-Outubro 2018. Consultado [online] data da última consulta, DOI: <https://doi.org/10.26619/1647-7251.9.1.6>

Artigo recebido em 30 de Outubro de 2017 e aceite para publicação em 5 de Janeiro de 2018





COMPREENDER A LIDERANÇA DE ERDOGAN NA EQUAÇÃO POLÍTICA DA 'NOVA TURQUIA'¹

Raquel dos Santos Fernandes

Isabel Estrada Carvalhais

A Turquia apresenta-se como um caso de estudo interessante no que respeita às transformações discursivas e ideológicas que operaram a variação conservadora-liberal para uma transversão autoritária do poder político. Grande parte dessa transformação pode ser atribuída ao papel do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP) e do atual Presidente da República, Recep Tayyip Erdogan (Aydin-Duzgit, 2018: 20), que através da ultimação do paradigma kemalista de uma Turquia ocidentalizada e secular, arremessa a implementação de uma 'Nova Turquia'² que estabelece uma hegemonia política regeneradora das perceções da sociedade turca (Gorener e Ucal, 2011: 359).

Tendo vivido de perto os desafios ao secularismo turco na década de 1970 (a fundação do Partido da Ordem Nacional, MNP, e do Partido da Salvação Nacional, MSP, contam-se entre esses desafios ao serem os primeiros partidos turcos de orientação islâmica que então se formaram), Erdogan soube como capitalizar as circunstâncias económicas, religiosas e culturais da Turquia em prol da formação de uma base de apoio leal ao seu discurso político. Uma base constituída essencialmente pelas populações mais religiosas e rurais, mas também pelo eleitorado neoliberal e pelos nacionalistas turcos - todos eles tendo em comum uma leitura crítica do secularismo, ainda que movidos por razões distintas.

A exploração da ideia de novos conflitos sociais, feita pelo discurso de Erdogan, tem facilitado a emergência de um novo paradigma na cultura política turca que identifica o povo como uma nação unificada a que simultaneamente se associa a ideia da sua marginalização, da sua precariedade e do seu abandono.

No período republicano (iniciado em 1923 com a criação de um Estado moderno pró-ocidental que contrariava o pensamento político de influência islâmica e imperial da época), as reformas de modernização empreendidas na Turquia assumiram-se

¹ This study was conducted at Research Center in Political Science (UID/CPO/0758/2013), University of Minho and supported by the Portuguese Foundation for Science and Technology and the Portuguese Ministry of Education and Science through national funds. The authors are very grateful to the most valuable comments of the peer reviewers to this paper.

² Considere-se a 'Nova Turquia' como a assimilação do Islamismo ao Neo-otomanismo, numa tentativa de interpretação da reorganização política, cultural, religiosa e comportamental da Turquia. O conceito de Neo-otomanismo remete para a *Teoria da Profundidade Estratégica*, formulada por Ahmet Davutoglu, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros (2009-2014) e ex-Primeiro-Ministro da República da Turquia (2014-2016), a qual influenciou significativamente a política externa do país, partindo da abordagem que o fim da Guerra Fria proporcionou à Turquia uma oportunidade histórica para se tornar um poder global, desde que seguisse uma política expansionista baseada na ideologia islâmica. Segundo esta, a Turquia deve dominar o Médio Oriente, os Balcãs, a Ásia Central e a região do Cáucaso. Sobre os conceitos de Neo-otomanismo e a Teoria da Profundidade Estratégica, ver Ozkan, 2014: 119-140.



essencialmente como reformas orientadas para o centro, e não tanto para a periferia que assim ficou relegada para uma posição secundária. Consciente de que a modernização da Turquia, indissociável da presença do secularismo na vida política, significou sobretudo a subalternização das periferias, Erdogan passou a explorar este aspeto, assumindo as periferias como a geografia da autêntica Turquia, esquecida em proveito de um paradigma de desenvolvimento que, nesta leitura, lhe é para mais culturalmente distante (Cagaptay, 2002a; 2004). E será dessa geografia de autenticidade, chamemos-lhe assim, que se pode então erguer, a 'Nova Turquia'.

É certo, como Burak (2011) alega, que esta estratégia já havia sido trabalhada por Turgut Ozal³ (Burak, 2011: 60). No entanto, enquanto este revelou uma atitude realista e focada na economia do país, Erdogan revela uma abordagem mais emocional e centrada nas reivindicações do povo (Heper, 2013: 155). Este projeto permitiu-lhe construir um sistema de poder em torno dos que haviam sido excluídos pelos governos anteriores, através de uma agenda reformista neoliberal associada a uma política islâmica, sob a premissa de responder a muitas das preocupações sociais e atendendo aos interesses político-económicos da população (Hadiz e Chryssogelos, 2017: 403).

Concludentemente, a práxis política de Erdogan tornou-se num fenómeno distinto pela elevada receptividade de bases sociais bastante desiguais, o que lhe facilitou a introdução de uma agenda político-social reformuladora do sistema político do país e, não menos importante, do próprio regime político. Apelando à honra e ao orgulho do povo turco (aludindo às demandas do nacionalismo turco) e ao conservadorismo religioso pró-Occidental, Erdogan atingiu um domínio sobre o processo político raramente visto na história republicana turca, pese, embora, a preponderância do domínio do líder ser um atributo subjacente à cultura política turca e ao seu sistema partidário (Gorener e Ucal, 2011: 357-58). Como a Turquia tradicionalmente tem ainda uma sociedade bastante patriarcal, onde muitos admiram um líder forte e carismático que conduz o povo e a Nação (Cagaptay, 2002b: 42)⁴, Erdogan passou a reunir as condições necessárias para alterar o dispositivo conservador do Estado para uma conceção autoritária do poder político (Ozbudun, 2014: 158), o que conduziu a um subdesenvolvimento democrático da Turquia, quer pelo poder substancial que este detém sobre o sistema político, quer pelas características da sua liderança individual.

Nesse sentido, é nosso objetivo explorar o nexos entre os valores e mundivisões veiculados pela práxis política de Erdogan e a sua receptividade por parte da sociedade civil turca, como possível fator explicativo para o sucesso da sua liderança e do que parece ser a gradual construção de uma Turquia conservadora e autoritária. Isto é, buscamos perceber o percurso de Erdogan no que respeita aos sucessos que realizou na agenda político-social do país e compreender, em particular, a sua conceção de poder político e o modo como a sociedade reage a esta proposta⁵. A capacidade oratória e

³ Turgut Ozal foi Primeiro-Ministro (1983-1989) e Presidente da República da Turquia (1989-1993). Durante a sua governação assistiu-se a uma elevada liberalização dos domínios económicos e sociais e a sociedade periférica passou a ocupar um lugar de destaque na política e na economia do país.

⁴ Esta imagem carece, todavia de nova monitorização, no sentido de se verificar se a sociedade turca permanece fiel a esta conceção patriarcal ou se ocorreram, mais recentemente, alterações significativas na sua cultura política que apontem para a emergência de uma nova conceção.

⁵ Compreender a complexidade do nexos entre o sistema partidário e a sociedade civil turca, quer as suas elites, quer as suas periferias sociais, tem sido alvo de crescente interesse académico por parte de vários investigadores. Entre eles, destacamos o trabalho recente de F. Michael Wuthrich (2015) que analisa a forma como líderes e partidos moldam as suas estratégias e discursos de modo a apreenderem as dinâmicas sociais em curso, e o trabalho de Tahir Abbas (2017) que se centra na crescente erosão de equilíbrios



motivacional de Erdogan, aliada a um contexto social e económico favorável à sua interpretação do poder, permitiu-lhe reformular o regime de acordo com as suas ambições pessoais e as suas visões axiomáticas. Por conseguinte, a teoria da liderança carismática parece-nos adequar-se aos objetivos de investigação, uma vez que realça a influência da visão pessoal do líder sobre os cidadãos. Para tanto, utilizaremos como esteio teórico o contributo de House (1977), Weber (1978) e Trice e Beyer (1986), por nos oferecer uma ampla análise ao papel do líder, focada nos seus traços de personalidade e no seu comportamento.

Este artigo propõe, através de uma abordagem interpretativista sobre a atuação política de Erdogan, verificar se a sua liderança tem produzido transformações de relevo na sociedade turca, alterando a própria leitura que parte desta tem hoje sobre a Política e a sua práxis.

A importância da liderança nos processos de decisão política

O debate em torno da liderança efetiva e sobre quem é líder e quem é liderado é uma questão recorrente nos estudos sobre a liderança e a sua natureza.

Barling (2014) atenta que o controlo e a centralização do poder dominaram as definições de liderança durante as primeiras décadas do século XX. Conquanto, devido à necessidade de entender as características dos líderes que a protagonizaram, no período pós-Segunda Guerra Mundial, os estudos sobre a liderança passaram a focar-se nos traços e na personalidade do líder, passando a liderança a ser encarada como a habilidade para persuadir, centrada nos efeitos do poder e nas circunstâncias envolventes (Bass e Bass, 2008: 15), na medida em que será a própria reivindicação de legitimidade⁶ que permitirá validar as ações dos líderes (Weber, 1978: 684).

De acordo com a sociologia política de Weber, as sociedades e as suas partes constituintes mantêm-se unidas pelo exercício do poder (Parkin, 2000: 53), mas, apenas uma dominação baseada na autoridade, na medida em que envolve uma ordem emitida e, conseqüentemente, uma aceitação da mesma, implica a submissão. Neste sentido, a subordinação de quem é liderado transporta uma reação racional sobre os seus próprios interesses, sujeita a circunstâncias objetivas das suas próprias ambições (Weber, 1978: 943). De um modo geral, ainda de acordo com a perspetiva weberiana, os arranjos específicos para a dominação estão assim dependentes de um agregado populacional acostumado a obedecer às ordens dos líderes e que possui um interesse pessoal na continuação da dominação, em virtude da sua própria participação e dos benefícios daí resultantes (Blaug e Schwarzmantel, 2016: 251).

Paralelamente, Abelson (1986) observou que seria errado supor que líderes que experimentem o mesmo evento político, possuam objetivos semelhantes, uma vez que detêm interpretações, crenças e memórias distintas. E, poderíamos acrescentar, porque de igual forma os agregados populacionais detêm também eles experiências e expectativas que os fazem reagir de modo distinto ao apelo das lideranças. Ainda, numa

étnicos, confessionais e culturais decorrentes da interpretação da política turca empreendida por Erdogan e pelo AKP.

⁶ De acordo com o pensamento weberiano, a legitimidade refere-se às reivindicações aceites e subscritas pelos grupos subordinados. Já a legitimação parte das reivindicações que os grupos dominantes fazem sobre si mesmos. Assim, enquanto a legitimidade é concedida a partir da base, a legitimação procede do topo (Parkin, 2000: 59).



tentativa de interpretação do nível de sucesso e de aceitação do líder num determinado ambiente, Metcalf e Robbins (2012) concluíram que, para cada condição de liderança, o estilo adotado será diferente, visto que a tomada de decisão é afetada por objetos que produzem escolhas que se distanciam do ideal. Nesse sentido, as formas de denominação diferem por força do tipo de pretensão que os líderes têm para a legitimidade do seu poder (Parkin, 2000: 58), as quais, através de fundamentos de obediência, reconfiguram a posição do líder no processo de tomada de decisão e influenciam o desenvolvimento das sociedades.

Por esta breve incursão teórica resulta claro como as propostas de interpretação da liderança se desmultiplicam, desde logo em função do seu tipo de enfoque, ora no sujeito enquanto líder, ora nas circunstâncias sociais que interagem com a sua proposta de discurso e de ação. Assim, não obstante as dificuldades inerentes à identificação e conceptualização de todos os elementos que interagem na formação da personalidade e estilo dos líderes, o estudo da liderança assume por si grande utilidade heurística, quer seja pela perspectiva mais centrada no papel dos sistemas de valores e de crenças na formação e condução das lideranças, quer seja pela análise centrada sobre o discurso e ação dos líderes.

Relevância da Teoria da Liderança Carismática na análise ao estilo de Erdogan

As teorias da liderança pretendem explicar a natureza e as consequências da liderança, possibilitando definir problemas de investigação das ciências políticas e sociais.

Com base na eficácia e na satisfação dos seguidores⁷, podem ser categorizadas em três grupos: (1) teorias instrumentais, (2) teorias informais, e (3) teorias inspiradoras. Estas últimas – referentes às lideranças carismática, transformacional e visionária – focam-se na análise do apelo emocional e ideológico e do comportamento que apela à confiança, ao simbolismo e à motivação concentrada ou intrínseca (Bass e Bass, 2008: 46)⁸. Tanto a liderança carismática como a liderança transformacional dependem da capacidade do líder em influenciar e inspirar seguidores, em motivar os indivíduos para um bem maior, mobilizando-os para um objetivo comum. Porém, ao contrário do que acontece com os líderes transformacionais⁹, em consequência de uma execução discursiva que apela à paixão moral dos seus seguidores, a visão pessoal do líder carismático exerce uma forte influência nos cidadãos visados.

A partir dos elevados níveis de atração emocional e de expressividade dos líderes, Max Weber introduziu o conceito de carisma nas ciências sociais, de modo a descrever um líder dotado de habilidades extraordinárias: autoconfiante, determinado, ativo e energético (Bass e Bass, 2008: 50), como se fosse prendado com “uma graça divina,

⁷ Os seguidores estabelecem uma relação de confiança com os líderes, através de um processo mútuo de influência. Para mais informações sobre o processo de confiança estabelecido entre líderes e seguidores, consultar Shahzadi et al., 2017.

⁸ A motivação intrínseca surge perante a execução de uma tarefa motivada pela satisfação inerente que dela decorre. Em contraste, a motivação concentrada surge quando a execução da tarefa é feita para alcançar um resultado específico.

⁹ Para Bass e Bass (2008), os líderes transformacionais atuam sobre os processos de mudança das atitudes, crenças e objetivos dos seus seguidores, articuladamente com o objetivo de que estes se consciencializem das suas necessidades.



uma espécie de salvador místico, narcisista e pessoalmente magnético, com capacidades extraordinárias e que possui uma doutrina para promover” (Bass e Bass, 2008: 575).

Para Weber (1978), o carisma é autodeterminado e define os seus próprios limites, não respondendo a qualquer forma de regulamentação ou de supervisão. O líder carismático toma proveito da tarefa para a qual está destinado e exige que os outros o sigam em virtude da sua missão (Weber, 1978: 1112) e dos dons heróicos e viris que lhe são atribuídos, passando a exercer a sua denominação sobre a população (Carvalho, 2004: 124). Quando esta denominação passa a ser reconhecida, o poder do carisma transforma-se na crença do surgimento de um novo herói que revoluciona os homens e molda as condições materiais e sociais de acordo com a vontade revolucionária do líder (Weber, 1978: 1116). A conceptualização weberiana do surgimento do líder carismático foi, posteriormente, resumida por Trice e Beyer (1986), através da consolidação de cinco elementos-chave: (1) uma pessoa extremamente dotada; (2) uma crise; (3) uma solução radical; (4) seguidores que são atraídos pelo líder, pois acreditam que ele possui a solução para a crise, e (5) validação dos poderes do líder através de experiências de sucesso. Os líderes carismáticos estão assim dependentes do surgimento de uma crise, sendo que, apenas em períodos de agitação, a fé nos líderes sobressai e, conseqüentemente, a dominação carismática passa a ser legitimada (Parkin, 2000: 66).

Ora, a tentativa de golpe de julho de 2016 ocorrido na Turquia, confere-se como um caso ilustrativo da operacionalização destes cinco elementos-chave. De facto, se dúvidas haveria sobre Erdogan e sobre a presença do primeiro elemento-chave no seu tipo de liderança, as mesmas dissipar-se-iam no seguimento do modo como ele respondeu à tentativa de golpe militar¹⁰. Primeiro, soube explicar discursivamente o sentimento traumático vivido pela nação turca, permitindo assim que grande parte do país se unisse em torno do líder, passando a reconhecer em conjunto a existência de uma ameaça comum (Cagaptay, 2017: 10). A existência de uma sintonia entre a leitura do líder e a da população sobre determinado cenário como cenário de crise, de ameaça, é aqui fundamental à prossecução da ação do líder. Segundo, ao garantir que o golpe havia sido uma conspiração contra a nação e ao incutir na população a forte sensação de que esta estava sob o ataque de inimigos internos, Erdogan passou a reunir as condições necessárias para a imposição de severas restrições às liberdades civis, confirmando-se assim o terceiro elemento-chave atrás enunciado. Tais sentimentos resultaram por sua vez num maior apoio à liderança carismática de Erdogan, corroborando assim o enunciado de House (1977) sobre o surgimento dos líderes carismáticos em tempos de crise, como potenciais salvadores que preenchem as necessidades emocionais dos seus seguidores, submissos e obedientes.

Os líderes carismáticos revelam-se assim indivíduos que exalam confiança, um sentido de propósito e uma habilidade notável para preparar psicologicamente os seus seguidores e que, através do uso extensivo de símbolos, reforçam o sentido de autoridade moral sobre quem os segue (Bass e Bass: 2008: 576). O próprio discurso de Erdogan, com referências constantes às relações dicotómicas entre o correto e o errado; o justo e o injusto; e os vilões e as vítimas (Panayirci e Iseri, 2014: 66) é reflexo de uma percepção da sociedade como uma comunidade moral, à qual Erdogan alude através de um discurso

¹⁰ No decorrer da tentativa de golpe, Erdogan conseguiu reunir um amplo apoio que, facilmente, lhe permitiu derrubar o grupo de opositores. Uma repressão subsequente foi rápida e implacável e, assim, a resposta de Erdogan à tentativa de golpe de Estado demonstrava que o controlo do poder pelo presidente permanecia bastante sólido e que este apenas sairia fortalecido no período que se seguiria (Karaveli, 2016: 1).



orientado para a natureza intrínseca discriminatória dos cidadãos, essencialmente visível em períodos de crise. Se, ainda enquanto primeiro-ministro, Erdogan prometeu um “novo contrato social” entre o Estado e a sociedade turca, aludindo a uma série de reformas liberais em prol da separação de poderes, do Estado de Direito e das liberdades, atualmente, a direção profundamente iliberal e autoritária a que conduziu a Turquia é evidente (Karavely, 2016: 1-2).

Por ser uma abordagem conceptual que integra a cognição do líder, a motivação e outros traços da sua personalidade, consideramos que a teoria da liderança carismática se traduz na teoria que melhor nos oferece uma análise sólida à construção do perfil de liderança de Erdogan, um líder carismático e pragmático que inspira seguidores leais e que apela às suas emoções (Gorener e Ucal, 2011: 357).

O perfil de liderança de Erdogan - do conservadorismo islâmico à instrumentalização da retórica pró-direitos humanos

Nesta secção procederemos à identificação de algumas das marcas identitárias da liderança de Erdogan.

Começamos pela importância do conservadorismo de matriz islâmica. Nascido em Kasimpasa, um bairro de classe média baixa em Istambul, Erdogan cresceu consciente dos sentimentos e das aspirações das pessoas comuns, a quem nem sempre o secularismo defendido pelas elites urbanas lhes parecia dizer muito ou resultar em benefícios evidentes para as suas vidas. Este contexto social e educacional dos seus primeiros anos de vida terá tido um papel importante na construção do seu discurso político, sensível às franjas da sociedade. Ajudou-o a criar uma espécie de “economia discursiva” que facilmente se confunde com uma representação precisa da realidade, remetendo para uma maior aproximação entre a identidade discursiva e o conceito de poder, através da qual, enquanto agente discursivo, Erdogan consegue impor as suas próprias versões identitárias (Aydin-Duzgit, 2018: 23).

A partir desta perspetiva, a construção discursiva de uma ‘Nova Turquia’ pode ser discernida através dos seus discursos (Aydin-Duzgit, 2016: 46). Após as duas primeiras vitórias eleitorais (2002 e 2007) e do referendo constitucional de 2010¹¹, Erdogan conseguiu capitalizar uma opinião pública convergente com as suas opções de política interna para, posteriormente, após fomentar a visão generalizada de que se havia tornado na figura mais poderosa do país (Aydin-Duzgit, 2016: 47), reforçar a sua legitimidade política e a do governo¹². Este aspeto, depois transportado para a política externa da Turquia, é bem marcado pelo recurso discursivo à “honra dos turcos” que, mesmo em períodos internacionais de crise, é utilizado para apaziguar as preocupações

¹¹ O referendo constitucional de 2010 foi amplamente percebido como um passo importante na obtenção do controlo governamental sobre o poder judiciário. O elevado número de processos judiciais contra militares que, a partir de então, se registariam, conduziram a um gradual enfraquecimento do poder militar em relação à autoridade civil no país (Aydin-Duzgit, 2016: 47).

¹² No decorrer da crise da Líbia, os partidos da oposição acusaram Erdogan de inconsistência, já que a sua posição contra o envolvimento da OTAN mudou depois da campanha ter sido lançada. Erdogan desconsiderou as críticas e desacreditou-as como desinformação. Os seus discursos são assim moldados pelo caminho dos desenvolvimentos internacionais com o objetivo de reforçar a honra e a moral da Turquia, ao mesmo tempo que mantém o seu perfil de liderança carismática, tanto no país como no estrangeiro (Panayirci e Iseri, 2014: 74).



das bases sociais que o apoiam, com um discurso marcado pela sensibilidade ao islamismo e ao nacionalismo (Panayirci e Iseri, 2014: 66).

O discurso de Erdogan começa, pois, por ser um que explora os sentimentos de exclusão de franjas da sociedade, consubstanciado na apresentação de medidas que visam responder às preocupações sociais ao mesmo tempo que se inserem na lógica de valores islâmicos¹³ mais conservadores¹⁴. Simultaneamente, o seu discurso permite-lhe exercer uma forte atração emocional sob o eleitorado, apresentando um sentido de propósito e uma nova missão para a Turquia.

Desde a sua entrada na política nacional na década de 1990, pelo Partido do Bem-Estar (RP), que Erdogan emprega um identificador político com base na afirmação das suas origens humildes, apresentando-se como a voz das pessoas comuns, defendendo os interesses do povo contra os benefícios das elites (Cagaptay, 2017: 3). Este entendimento que ele faz desde logo da política local (Phillips, 2017: 9), permitiu-lhe transmitir a imagem de um líder que elimina a distância entre o povo e o exercício do poder político, e garantiu-lhe a integração das massas no seu projeto político.

Contudo, Erdogan cedo percebeu as limitações de um projeto conservador assente apenas no respaldo da leitura islâmica, desde logo pelas resistências que internacionalmente tal poderia suscitar. Condenado aliás por incitar ao ódio religioso¹⁵, após ter recitado parte de um poema declamado na Guerra da Independência da Turquia, da autoria de Ziya Gokalp¹⁶, durante o período em que esteve preso, Erdogan parece então aprender a necessidade de redefinir a sua estratégia política e aquilo que viria a ser o projeto político do AKP. Assim, em vez de definir a implementação de regras de organização social descaradamente inspiradas numa dada leitura conservadora da religião muçulmana, Erdogan passa a expressá-las como uma opção legítima enquanto direito de escolha de um povo, ou seja, enquanto questão de direitos humanos e de liberdade de expressão. Deste modo, afasta-se igualmente do fundador do RP, Necmettin Erbakan, parecendo assim abraçar os valores ocidentais como um veículo para a construção de um país mais liberal e mais aberto (Phillips, 2017: 10). Com esta mudança de estratégia, pode dizer-se que Erdogan aumenta o grau de complexidade à análise que pode ser feita sobre a sua liderança, não facilitado a sua alocação a categorias simplificadas.

Indissociável da ação de Erdogan é a ação do próprio AKP. Com a dissolução do Partido da Virtude (FP), partido sucessor do RP, o AKP surge em 2002 como um arauto de mudança e do progresso, com um discurso particularmente motivador para as alas económicas mais liberais através da criação de parcerias que lhes garantiam a

¹³ A ideia associada à discriminação dos fiéis muçulmanos tem sido uma marca constante nos discursos de Erdogan. Esta questão pode ser observada em narrativas como "os ocidentais não podem dizer que a islamofobia é um crime contra a humanidade (...) porque para eles, matar um muçulmano é legítimo" (Van, 31 de julho de 2014) e "O Ocidente não está a seguir uma abordagem honesta (...) É preciso justiça para a Palestina (...) Nós não ficaremos em silêncio e continuaremos a lutar por esta causa" (Bursa, 18 de julho de 2014).

¹⁴ Tradicionalmente, a religião e o conservadorismo são duas características paralelas à retórica da direita turca, uma posição proeminente que remonta à era pré-republicana (Çarkoglu, 2007: 255). O grande projeto de Erdogan, tem sido preservar uma ordem social conservadora e, para tal, o islamismo revela-se um credo compartilhado pela maioria dos cidadãos, passando a atuar como uma força unificadora (Karaveli, 2016: 1).

¹⁵ Embora Erdogan tenha sido condenado a uma pena de dez meses de prisão efetiva, apenas viria a cumprir quatro meses da pena aplicada. No entanto, a condenação impossibilitava-o do exercício de cargos políticos.

¹⁶ "As mesquitas são os nossos quartéis; as cúpulas os nossos capacetes; os minaretes as nossas baionetas e os fiéis os nossos soldados".



oportunidade de substituir a estrutura tradicional do sistema político turco. Parece assim salvaguardar-se a herança do secularismo ainda que apenas em matéria de ocidentalização das ideias económicas. Simultaneamente, o AKP surge como um partido atento às exigências de diferentes setores da população que acumulavam ressentimentos contra a elite política por se sentirem menos representados na sua geografia (rural), na sua condição social (os mais pobres), na sua identidade (religiosa, por exemplo). Em paralelo, o sucesso do seu discurso e da adesão ao mesmo pela população, espelha a fraqueza dos restantes partidos em responder às exigências da população, em particular de uma ampla população rural historicamente longe dos circuitos do poder (Aliriza et al., 2009: 11).

É nesta linha de aparentes contradições que o AKP, apesar das suas raízes pró-islâmicas, se compromete publicamente com a adesão à União Europeia (UE), com os discursos de Erdogan a reiterarem a intenção do partido em garantir a liberdade de expressão através de um governo transparente e do fortalecimento dos governos locais, trabalhando sob a reaproximação da sociedade ao aparelho do Estado e apresentando o AKP como um novo tipo de partido pró-islâmico.

Ao definir o seu nacionalismo em termos da identidade étnica e religiosa da sociedade turca, e sendo certo que o respeito pelas identidades confessionais e étnicas faz parte integrante das liberdades civis, Erdogan soube apresentar uma visão moderada e progressista do Islão, por contraponto à visão 'ortodoxa' dos partidos de inspiração laica que historicamente pretenderam demarcar-se do Islão. Esta posição permitiu ao AKP e a Erdogan apresentarem a proposta de um novo contrato social¹⁷, suportado pela reintrodução da síntese turco-islâmica que rompe com as tradições do Estado moderno kemalista (Karaveli, 2016: 2), transformando desta feita a relação entre Estado e sociedade (Ozsel et al., 2013: 551).

Assumindo-se como um partido que defende a identidade muçulmana turca em prol da justiça e ao considerar que esta é a melhor forma de conferir uma maior participação da sociedade civil na esfera política, Erdogan e o AKP definem o trajeto do seu sucesso (Phillips, 2017: 10) construindo uma base de apoio num eleitorado liberal que não se revê nas opções políticas de esquerda em matéria económica; num eleitorado conservador com destaque para as populações mais religiosas e residentes em meios rurais e, ainda, graças à postura adotada sobre a questão do Curdistão e do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), num grupo heterodoxo de outros eleitores sensíveis aos etno-nacionalismos (Karaveli, 2016: 2).

Sendo que a crise económica turca de 2001 enfraqueceu os dois grandes partidos de centro-direita – o Partido da Via Justa (DYP) e o Partido da Pátria (ANAP) – o AKP, não só consegue manter a confiança dos eleitores do FP, como, simultaneamente, passa a reunir o apoio do eleitorado de centro-direita. Pese embora o facto de na prática o AKP ser o partido sucessor dos extintos RP e FP, o eleitorado turco não o encara como uma força necessariamente islâmica (pelo menos não num sentido pejorativo) e a sua retórica prova que consegue captar uma diversidade de bases sociais de apoio. Assim, ao ampliar

¹⁷ A fundação do AKP foi acompanhada pelo autorretrato de uma "democracia conservadora". No entanto, esta "democracia conservadora" é apresentada como uma nova interpretação da democracia liberal, todavia ajustada às necessidades específicas da sociedade turca. Esta aproximação de dois ideários (democrático e conservador), aparentemente opostos, vem assim ao encontro da leitura de Ahmadov (2008: 26) quando afirma que "o campo da política deve-se fundamentar na cultura da reconciliação", uma vez que é "possível resolver as diferenças sociais".



o apoio eleitoral, Erdogan conduz o AKP à sua primeira vitória eleitoral na legislativas de 2002.¹⁸

Inicialmente, o grande debate em torno da estratégia partidária do AKP pretendia apurar se o partido seria capaz de manter um discurso moderado, deslocando-se para o centro e se abandonaria o islamismo político. Ao contrário do seu antecessor, FP, o AKP revela-se empenhado nessa aproximação a uma linha moderada. Ao assumir uma posição pró-globalização e ao rejeitar a ideia de um islamismo isolado, combinando assim o islamismo-conservador com uma perspetiva liberal e global, o AKP coloca-se numa posição semelhante à dos partidos confessionais conservadores europeus (Kosebalaban, 2011: 147).

Erdogan promete uma Turquia novamente poderosa, projetando-a como uma das maiores potências do Médio Oriente, capaz de competir com a Europa e outras potências mundiais. Os tempos de glória do Império Otomano parecem assim continuar a fomentar a criação de mitos e de objetivos para o país, inspirando um senso exagerado de recuperação da glória perdida. E, nessa perspetiva, as justificações em torno da perda de influência da Turquia republicana tornaram-se num combustível fértil para a idealização do passado (Cagaptay, 2017:7).

Recorrendo vastas vezes à construção binária entre a Turquia e o Ocidente, Erdogan empregou um discurso inspirador e motivador que estabeleceu uma transformação na relação de poder, pela qual a Turquia passava a ser responsável.

"Durante anos, eles curvaram-se perante o Ocidente. E o que fez o Ocidente? O Ocidente ordenou e eles obedeceram. Mas, agora, isso já não acontece. Nós sentamo-nos, falamos, tomamos e criamos as nossas próprias decisões, porque esta é a Turquia de agora" (Elzag, 6 de março de 2014)¹⁹.

Neste excerto, torna-se claro que os governantes anteriores - "eles" - são descritos como demasiado submissos ao Ocidente que se quer impor à Turquia, ao passo que o AKP - o "nós" - é representado como um agente ativo que possui o poder necessário para rejeitar as imposições externas (Aydin-Duzgit, 2016: 51). Ao contrário dos restantes partidos - que embora contestados pela sua atuação em nada alteraram o seu posicionamento político - o AKP surge assim como uma alternativa aos habituais partidos do sistema

¹⁸ Em 2002, com a instituição da barreira de 10% para garantia de assento parlamentar, sete partidos não obtiveram representação na Grande Assembleia Nacional. O AKP conquistou 34% dos votos, mas, devido a barreira eleitoral, obtinha a maioria dos assentos parlamentares (363 em 550). O CHP, o único partido a juntar-se ao AKP no Parlamento, conquistou 19,39% dos votos e 178 assentos parlamentares (Schofield et al., 2011: 455). Face às eleições de 1999, a direita turca apenas registou um aumento de 1,12% dos votos populares. À esquerda, o CHP alcançava o melhor resultado dos últimos 30 anos - conquistando o eleitorado do DSP eleito em 1999 - e o Partido da Sociedade Democrática (HADEP) o melhor resultado desde a sua fundação em 1994. Nesse sentido, a vitória do AKP não deixa de significar um voto ideológico, no sentido que, não descurando outros fatores, o partido foi a opção de um amplo eleitorado liberal, nacionalista, conservador e religioso. Devido à impossibilidade de Erdogan em ocupar cargos políticos, Abdullah Gul assumiu o cargo de Primeiro-Ministro durante os primeiros meses do AKP à frente do governo. Após o Parlamento ter aprovado, em dezembro de 2002, uma emenda constitucional destinada a suspender a inabilitação de indivíduos condenados por delitos ideológicos, Abdullah Gul apresentou a sua demissão e, o Presidente da República, Necdet Sezer, nomeou Erdogan para o cargo.

¹⁹ Aydin-Duzgit, 2016: 51.



político turco (Schofield et al., 2011: 458), capaz de recuperar a grandeza da nação turca.

Uma conceção autoritária do poder político

Nas legislativas de 2007, o AKP foi novamente o partido mais votado. Tendo obtido 46,6% dos votos populares e 340 assentos parlamentares, Erdogan reforça a sua imagem (Schofield et al., 2011: 472), explorando a recetividade que o eleitorado parece demonstrar à ideia de legitimar a condução e reestruturação do sistema político turco.

O discurso progressista torna-se então reflexo das intenções de reconstruir a imagem poderosa da Turquia, conduzindo a um recrudescimento da influência turca nas regiões do extinto Império Otomano²⁰. Ao mesmo tempo, o secularismo deixa de ser apresentado como a via para a concretização dessa agenda progressista que articula os valores conservadores com os valores democráticos (Ahmadov, 2008: 26), ao passo que a proposta de um sistema político-social assente nos valores islâmico-conservadores é apresentada como aquela que mais consegue compatibilizar-se com a identidade coletiva turca e com as aspirações de retorno a uma suposta grandeza turca, afastando o Estado turco do processo de democratização e vinculando-o, cada vez mais com as orlas do autoritarismo pós-moderno²¹ (Ozbudun, 2014: 162).

É desta forma, que Erdogan vai introduzindo a sua visão de uma 'Nova Turquia', "profundamente islâmica na sua política interna e externa, para a tornar, novamente, numa grande potência" (Cagaptay, 2017: 8). Esta síntese de valores islâmico-conservadores e de grandeza nacional, incrementou a popularidade de Erdogan e consagrou-o como líder carismático da política turca (Kosebalaban, 2009: 146). Quando em 2009, no Fórum Económico Mundial, em Davos, Erdogan protagonizou um intenso debate com Shimon Peres sobre a guerra na Faixa de Gaza, a população turca recebeu-o em apoteose, consagrando-o pela sua prestação, e acolheu-o como o novo herói do país (Schofield, 2011: 472), revelando uma forte atração emocional pela sua liderança e depositando total confiança na sua atuação no centro da tomada de decisões na Turquia.

Focando-se nas tendências religiosas dos eleitores, ao mesmo tempo que não renega os princípios de organização laica do Estado, Erdogan consegue moldar a perceção popular com a noção predominante da superioridade turca, que aparece aos olhos do seu eleitorado como algo absolutamente credível, e assente em rigor histórico. Este eleitorado olha por sua vez para a figura de Erdogan como a de um "líder defensor dos oprimidos" (Aydin-Duzgit, 2018: 29).

A astúcia de Erdogan em conciliar no seu discurso ideias aparentemente inconciliáveis, numa inteligente síntese entre conservadorismo e progressismo, permite compreender porque durante a campanha para as legislativas de 2011, o AKP se compromete com a substituição da Constituição da Turquia de 1982, alegando que o país necessita de uma legislação mais aberta às liberdades democráticas. Em junho desse ano, garante o seu terceiro mandato, após uma campanha eleitoral dividida entre o protagonismo de Kemal

²⁰ A influência recuperada nos Balcãs, no Cáucaso, na Ásia Central e no Médio Oriente, associada à conceção de uma nova ideologia política, não só representa uma tentativa de reorganização dos Estados soberanos da região (Neo-otomanismo), como retomou a influência do islamismo na praxis política turca.

²¹ Outros autores consideram a Turquia um regime de autoritarismo eleitoral que se legitima a partir da realização de eleições multipartidárias e que refuta as liberdades civis em prol do bem-estar da sociedade (Shirah, 2015; Robinson e Milne, 2017).



Kiliçdaroglu, líder do CHP e Erdogan. Sobre o primeiro, Erdogan fez várias referências às origens alevitas, numa tentativa de desacreditação do candidato perante o eleitorado sunita, asseverando que o CHP era um partido despromovido de valores éticos e que se distanciava por isso do propósito islâmico (Borco e Verney, 2016: 205). De modo progressivo, Erdogan passa então a representar a oposição como uma ameaça para os valores nacionais e para a identidade religiosa da Turquia, vindo posteriormente a reprimir aqueles que o questionam (Cagaptay, 2017: 10).

Contudo, em 2013, um revés parece ensombrar a caminhada de Erdogan. Um protesto ambiental no Parque Gezi, em Istambul, rapidamente se transformou num protesto antigovernamental, contra o tratamento desigual das minorias. O governo surge como sinónimo não de islão progressista, mas de veículo de islamização da sociedade (Tucker, 2015: 290) e é visto como detentor de práticas antidemocráticas inibidoras de liberdades fundamentais. De facto, em vez de providenciar mais liberdades para a sociedade no seu todo como prometido, Erdogan parece afinal apenas garantir esse espaço à sua base de apoio islâmico-conservadora (Cagaptay, 2017: 10), sendo este facto contestado por uma nova geração de jovens com expectativas de se expandir como cidadãos ativos na sociedade e que se opõe à islamização da sociedade e ao controlo social movido pelo AKP (Gokay e Xypolia, 2013: 36).

No seguimento destes protestos que revelam afinal as fragilidades do projeto 'Nova Turquia', Erdogan apresenta o novo "pacote democrático", referido como um exemplo de preocupação nacional em prol da igualdade de direitos entre etnias e de resolução dos problemas de segurança interna. O objetivo é claramente o de apaziguar o descontentamento popular, através de um discurso virado sobretudo para a população curda. Entre as reformas apresentadas sobressaía a promessa de uma maior autonomia para o Curdistão, assim como a garantia de direitos civis para a sua população. Porém, as reformas aplicadas não corresponderam, na prática, às promessas apresentadas e, nesse sentido, o caminho traçado por Erdogan foi mais um retrocesso que um progresso (Karaveli, 2016: 2-3).

Na mesma linha crítica, Cagaptay (2017:10) considera que Erdogan se tem revelado num líder cada vez mais autoritário, convicto de que as suas vitórias eleitorais sustentam a legitimação do uso indiscriminado do poder político (Cagaptay, 2017: 10). Ao mesmo tempo, o AKP tornou-se num partido extremamente centrado em Erdogan, onde a lealdade ao líder se faz critério de promoção (Hefner, 2016: 166).

Contudo, estas críticas esbarram com o que é paradoxalmente uma evidência: não obstante uma postura que muitos apelidam de autoritária, e de um discurso cada vez mais próximo da religião (Bosco e Verney, 2016: 206), pese embora as dificuldades que as suas opções lhe parecem trazer (como visto nos protestos de 2013), e numa fase em que já poderia acusar o cansaço da governação, Erdogan vence em agosto de 2014 as primeiras eleições presidenciais pelo voto popular. A conceção maioritária que possui da própria democracia e a instrumentalização das urnas como a única ferramenta legítima para a representação democrática foram acompanhadas por uma noção em torno das manifestações anti-governo como uma tentativa da minoria em impor a sua vontade à maioria, por meios ilícitos (Ozbudun, 2014: 157). Esta perspetiva, que coloca a periferia no lugar desde sempre ocupado pelo centro, permitiu a Erdogan alcançar uma popularidade eleitoral que opera a partir da própria sociedade, onde a periferia é agora incluída e se sente parte integrante da política turca.



Entretanto, a tentativa de golpe de Estado de 15 julho de 2016, parece confirmar a nossa análise à liderança de Erdogan com base na exploração dos cinco elementos-chave weberianos sintetizados por Trice e Beyer (1986). A tentativa de golpe, que terá levado à morte de centenas de cidadãos e à detenção, suspensão e investigação de milhares²², surgiu como um “incidente de crise” que proporcionou a Erdogan um contexto favorável para a introdução de medidas autoritárias que, por um lado, o lançam como um líder autocrático e, por outro, o fazem emergir como uma figura unificadora e salvadora da grande nação ameaçada (Cagaptay, 2017: 12).

Nesta linha de ação, a aprovação pelo Parlamento turco de uma alteração constitucional que retirou a imunidade parlamentar aos deputados, possibilitou a investigação a vários deputados do Partido Republicano do Povo (CHP) acusados de insultos ao Presidente, e a 50 dos 59 deputados do Partido Democrático do Povo (HDP), partido pró-curdo. Encarada pela população como uma manifestação de combate ao clientelismo, a medida possibilitou a Erdogan solidificar o seu apoio popular, ao mesmo tempo que enfraquecia a oposição. Com a adoção da nova Constituição da República, aprovada pelo referendo de 16 de abril de 2017,²³ Erdogan passará a controlar os orçamentos de Estado, a nomeação de juízes e retomará a liderança do AKP.

Ao entrar em vigor apenas em 2019, e por alterar o limite de mandatos presidenciais, a nova Constituição permitirá por sua vez que Erdogan permaneça no cargo até 2029, uma longevidade governativa sem precedentes na Turquia, que se iniciou com uma proposta de uma via política moderada e liberal, e gradualmente se tem transformado numa proposta conservadora e autoritária do Poder Político.

Erdogan ambicionou ser o novo “pai dos turcos”. Sendo que o futuro do país é ainda bastante imprevisível, a única certeza que se encerra é que os turcos vivem agora num país que, indiscutivelmente, se tornou na Turquia de Erdogan (Karaveli, 2016: 6). Uma Turquia conservadora, nacionalista e islâmica que, sob a liderança de um líder carismático com um forte sentido de propósito, caminha, a passos largos, por uma rota cada vez mais autoritária.

Conclusões

Erdogan, que cresceu no auge das atitudes reacionárias ao secularismo turco, soube capitalizar as circunstâncias sociais, económicas e políticas do seu tempo, lançando como resposta a ideia de uma ‘Nova Turquia’ que promove na sua conceção a valorização da cultura islâmica.

Com o respaldo político necessário, tem conseguido criar as respostas legislativas e jurídicas capazes de travar rivais, de reconfigurar o sistema político e de transformar os pressupostos históricos, culturais e políticos da Turquia, conduzindo-a por uma rota que vários analistas consideram cada vez mais distante do Ocidente e dos seus valores democráticos.

²² De acordo com Karaveli (2016), o governo terá decretado ordem de prisão para dezenas de milhares de alegados elementos do movimento religioso de Fethullah Gulen. Terá ainda conduzido à suspensão e detenção de uma parte significativa do exército e da administração pública, encerrado meios de comunicação e suspenso milhares de académicos.

²³ Solaker, Gulsen e Butler, Daren. Erdogan wins narrow referendum victory, laying bare Turkey’s divisions. 2017. Disponível em http://www.huffingtonpost.com/entry/turkey-referendum-erdogan_us_58f373dde4b0bb9638e4924b Consultado em 18 de abril de 2017.



Sem querermos iniciar qualquer tipo de discussão em torno do sentido de democracia e de autoritarismo, procuramos neste artigo esclarecer as circunstâncias que permitem melhor compreender o crescente sucesso de Erdogan na construção de uma linha de liderança que, temos de reconhecer, se encontra mais próxima do autoritarismo do que da democracia por muito flexível que se seja quanto à elasticidade deste conceito. Esse caminho autoritário que Erdogan seguiu não deve ser encarado, porém, como um acontecimento que surgiu isoladamente em determinado período da sua ação política. É certo que o seu primeiro mandato foi marcado por uma tentativa de aproximação diplomática à comunidade internacional, mas esta pode bem ser encarada como um mecanismo facilitador da legitimação necessária para a consolidação da sua liderança interna.

Perante um subdesenvolvimento democrático que o coloca numa posição central e isolada no exercício do poder político, Erdogan revela-se assim um líder carismático que habilmente inspirou os seus seguidores em virtude dos seus propósitos, passando a exercer o seu domínio sobre a sociedade. Contudo, importa igualmente perceber que o sucesso de Erdogan não pode ser compreendido se separado do papel fundamental que a sociedade tem tido nesse sucesso e nesse sentido, importa um maior investimento, desde logo da sociologia política, para uma compreensão da sociedade turca, da sua cultura e do comportamento político.

Referências bibliográficas

- Abba, Tahir (2017). *Contemporary Turkey in Conflict: Ethnicity, Islam and Politics*. Edimburgo: Edimburg University Press.
- Ahmadov, Ramin (2008). «Counter Transformations in the Center and Periphery of Turkish Society and the Rise of the Justice and Development Party». *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*. Vol. 7 (2-3): 15-36).
- Aydin-Duzgit, Senem (2018). «Foreign Policy and identity change: Analysing perceptions of Europe among the Turkish public». *Politics*. Vol. 38 (1): 19-34.
- _____ (2016). «De-Europeanisation through Discourse: A Critical Discourse Analysis of AKP's Election Speeches». *South European Society and Politics*. Vol. 21 (1): 45-58.
- Abelson, Robert (1986). «Beliefs are like Possessions». *Journal for the Theory of Social Behavior*. Vol. 16 (3): 223-250.
- Aliriza, Bulent. et al. (2009). *Turkey's Evolving Dynamics: Strategic Choices for U.S. – Turkey Relations*. In Center for Strategic and International Studies. Washington: CSIS.
- Barling, Julian (2014). *The Science of Leadership: Lessons from Research for Organizational Leaders*, Nova Iorque: Oxford.
- Bass, Bernard M. e Bass, Ruth (2008). *The Bass Handbook for Leadership: Theory, Research na Managerial Applications*. Nova Iorque: Free Press.
- Blaug, Ricardo e Schwarzmantel, John (2016). *Democracy: a reader*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Bosco, Anna e Verney, Sussannah (2016). *Elections in Hard Times: Southern Europe 2010-11*. Abingdon: Routledge.



- Burak, Begum (2011). «Turkish Political Culture and Civil Society: An Unsettling Coupling?» *Turkish Journal of International Relations*. Vol. 10 (1): 59-71.
- Cagaptay, Soner (2017). *The New Sultan: Erdogan and the Modern Turkey*. Londres: I. B. Tauris.
- _____ (2004). «Race, Assimilation and Kemalism: Turkish Nationalism and the Minorities in the 1930s». *Middle Eastern Studies*. Vol. 40 (3): 86-101.
- _____ (2002a). «Reconfiguring the Turkish nation in the 1930s». *Nationalism and Ethnic Politics. Middle East Review of International Affairs*. Vol. 8(2): 67-82.
- _____ (2002b). «The November 2002 Elections and Turkey's New Political Era». *Middle East Review of International Affairs*. Vol. 6 (4): 42-48.
- Carvalho, Alonso B. (2004). *Educação e Liberdade em Max Weber*. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí.
- Fernandes, José Pedro Teixeira (2005). *Turquia: metamorfoses de identidade*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais.
- Gokay, Bulent e Xypolia, Iliá (2013) (eds). «Reflections on Taksim – Gezi Park Protests in Turkey». *Journal of Global Faultlines*. Keele European Research Centre, Southeast Europe Series.
- Gorener, Aylin e S. Ucal. Meltem S. (2011). «The Personality and the Leadership Style of Recep Tayyip Erdogan: Implications for Turkish Foreign Policy» *Turkish Studies*. Vol.12 (3): 357-381.
- Hadiz, Vedi R. e Chryssogelos, Angelos (2017). «Populism in world politics: A comparative cross-regional perspective». *International Political Science Review*. Vol. 38 (4): 399-411.
- Hefner, Robert W. (2016). *Shari'a Law and Modern Muslim Ethics*. Indiana: Indiana University Press.
- Heper, Metin (2013). «Islam, Conservatism and Democracy in Turkey: Comparing Turgut Ozal and Recep Tayyip Erdogan». *Insight Turkey*. Vol. 15 (2): 141-156.
- House, Robert J. (1977). *A 1976 Theory of Charismatic Leadership*. Toronto: University of Toronto.
- Karavely, Halil (2016). «Erdogan's Journey Conservatism and Authoritarianism». *Foreign Affairs*.
- Kosebalaban, Hasan (2011). *Turkish Foreign Policy: Islam, Nationalism and Globalization*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
- Metcalf, Maureen e Robbins, Dani A. (2012). *Innovative Leadership Workbook for Nonprofit Executives*. Tucson: Integral Publishers.
- Ozbudun, Ergun (2014). «AKP at the Crossroads: Erdogan's Majoritarian Drift». *South European Society and Politics*. Vol. 19 (2): 155-167.
- Ozkan, Behlul (2014). «Turkey, Davutoglu and The Idea of Pan-Islamism». *Survival*. Vol. 56 (4): 119-140.



- Ozsel, Dagancan, Ozturk, Armagan e Ince, Hilal O. (2013). «A Decade of Erdogan's JDP: Ruptures and Continuities». *Journal of Socialist Theory*. Vol. 41 (4): 551-570.
- Panayirci, Ugur C. e Iseri, Emre (2014). «A Content Analysis of the AKP's "Honorable" Foreign Policy Discourse: The Nexus of Domestic-Internacional Politics». *Turkish Studies*. Vol. 15 (1): 62-80.
- Parkin, Frank (2000). *Max Weber*. Londres: Routledge.
- Phillips, David L. (2017). *An Uncertain Ally: Turkey under Erdogan's Dictatorship*. Nova Iorque: Routledge.
- Robinson, Neil e Milne, Sarah (2017). «Populism and political development in hybrid regimes: Russia and the development of official populism». *International Political Science Review*. Vol. 38(4): 412-425.
- Schofield, Norman, Gallego, Maria, Ozdemir, Ugur e Zakharov, Alexei (2011). «Competition for popular support: a valence model of elections in Turkey». *The Society for Social Choice and Welfare*. Vol. 36: 451-482.
- Shahzadi, Gulnaz et al. (2017). «Followership Behavior and Leaders' Trust: Do Political Skills Matter?». *Pakistan Journal of Commerce and Social Sciences*. Vol. 11 (2): 653-670.
- Shirah, Ryan (2015). «Electoral authoritarianism and political unrest». *International Political Science Review*. Vol. 37 (4): 470-484.
- Trice, Harrison M. Beyer, Janice M. (1986). «Charisma and its routinization in two social movement organizations». *Research in Organizational Behavior*. Vol. 8 (1): 113-164.
- Weber, Max (1978). *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*. California: University of California Press.
- Wuthrich, F. Michael (2015). *National Elections in Turkey: People, Politics, and the Party System*. Syracuse, NY: Syracuse University Press.